

Trabalho para consolidar a capital no Centro-Oeste

Arquivo pessoal



BIANCA CHIAVICATTI

ESPECIAL PARA O CORREIO

Desde finais da década de 40, Hélio Lobo, hoje com 89 anos de idade, esperava pela transferência da capital da República para a região central do país. Em 1947, quando ocupava o cargo de presidente da Associação Goiana de Imprensa, propôs, durante um congresso de jornalistas em Salvador, que a mídia impressa nacional divulgasse a importância de mudar a capital federal para o Centro-Oeste, a fim de possibilitar o desenvolvimento do interior do Brasil.

Na oportunidade, Lobo já era funcionário do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriais (IAPI) e vivia em Goiânia desde 1938. “Particpei da inauguração de duas capitais, Brasília e Goiânia”, conta. Entusiasmado com a ideia de participar da inauguração da capital de Goiás, solicitou transferência do Rio de Janeiro, onde vivia, pouco tempo depois de ser admitido por concurso público para o IAPI, em 1938.

Cerca de 20 anos depois, em 1957, o governo de Juscelino Kubitschek colocaria em prática a determinação prevista na Constituição Federal de retirar a capital federal do Rio de Janeiro, dando início à construção de Brasília. “Não votei nele, mas confiei que ele conseguiria realizar o prometido, porque JK era um homem de muita visão”, afirma Lobo.

Com o início das obras no Planalto Central, uma série de acidentes de trabalho passou a ser registrada, preocupando o IAPI. Como procurador do Instituto em Goiás, Lobo foi encarregado de vir a Brasília verificar as causas dos acidentes e tornar a presença do IAPI na futura capital mais significativa. O IAPI foi responsável pela construção de vários prédios na Esplanada dos Ministérios e algumas superquadras na Asa Sul.

O primeiro contato do advogado com a região onde seria fundada Brasília aconteceu então neste mesmo ano, em 1957. Amigo do médico Edson Porto,

que na ocasião já vivia na Cidade Livre (Núcleo Bandeirante), Lobo trouxe na bagagem para a visita ao futuro Distrito Federal uma barraca de lona onde seria instalado o primeiro consultório médico do amigo pioneiro.

Na volta a Goiânia, Lobo providenciou a transferência de alguns funcionários do instituto para a nova capital. Logo depois, o presidente JK determinaria a construção do primeiro hospital do Núcleo Bandeirante. Batizado com o mesmo nome do presidente, o Hospital JK — primeira unidade de atendimento médico do Planalto Central — também foi construído pelo IAPI.

Mudança para a capital

Após a inauguração da capital, em dezembro de 1960, o IAPI criou a Delegacia Autônoma do Instituto no DF. O órgão foi instalado entre as superquadras 409 e 410 Sul, onde os prédios de apartamentos com dois e três quartos também haviam sido construídos pelo instituto. Nomeado chefe da procuradoria do IAPI no DF, Lobo precisou mudar-se para a nova capital. A família viria logo depois, no início do ano letivo, em 1961.

O primeiro local de moradia do advogado seria um apartamento próximo à delegacia do

NA ÉPOCA DA MUDANÇA PARA BRASÍLIA, A CIDADE AINDA ERA UM CANTEIRO DE OBRAS, COM RUAS SEM ASFALTO

órgão. A quadra, como quase todo o Plano Piloto, era um canteiro de obras. Ainda não havia asfalto nas ruas, nem mesmo na avenida L2 Sul. “Quando chovia, a lama inundava o piso dos blocos e as ruas”, conta. “Era comum alguém ter que voltar à casa para trocar de roupa por ter levado um escorregão no caminho para o trabalho”, diverte-se.

Mas o trabalho ficava em frente às residências. Todos os funcionários da Delegacia do IAPI moravam na mesma quadra onde o órgão estava instalado. A infra-estrutura do lugar era precária.

O comércio local praticamente não existia. Nas entrequadras comerciais, os lotes começavam a ser vendidos para os comerciantes interessados, muitos do Núcleo Bandeirante. A união entre os moradores da quadra fez com que se formasse uma cooperativa para a venda de produtos de primeira necessidade e alimentos. A pequena feira acontecia na praça da quadra, que nos finais de semana era transformada numa sala de cinema ao ar livre. “Lembro-me da inauguração da primeira lanchonete da CLS 409, pertencida a uma francesa”, revela. “Depois de um tempo, o local foi transformado em restaurante — o La Chaumiérre”, completa.

Morando distante da única escola pública disponível, o Caseb, e próximo a uma instituição particular de ensino em

Como funcionário do IAPI, o pioneiro participou intensamente da construção da capital, mas foi só depois da inauguração que mudou para a cidade com a família

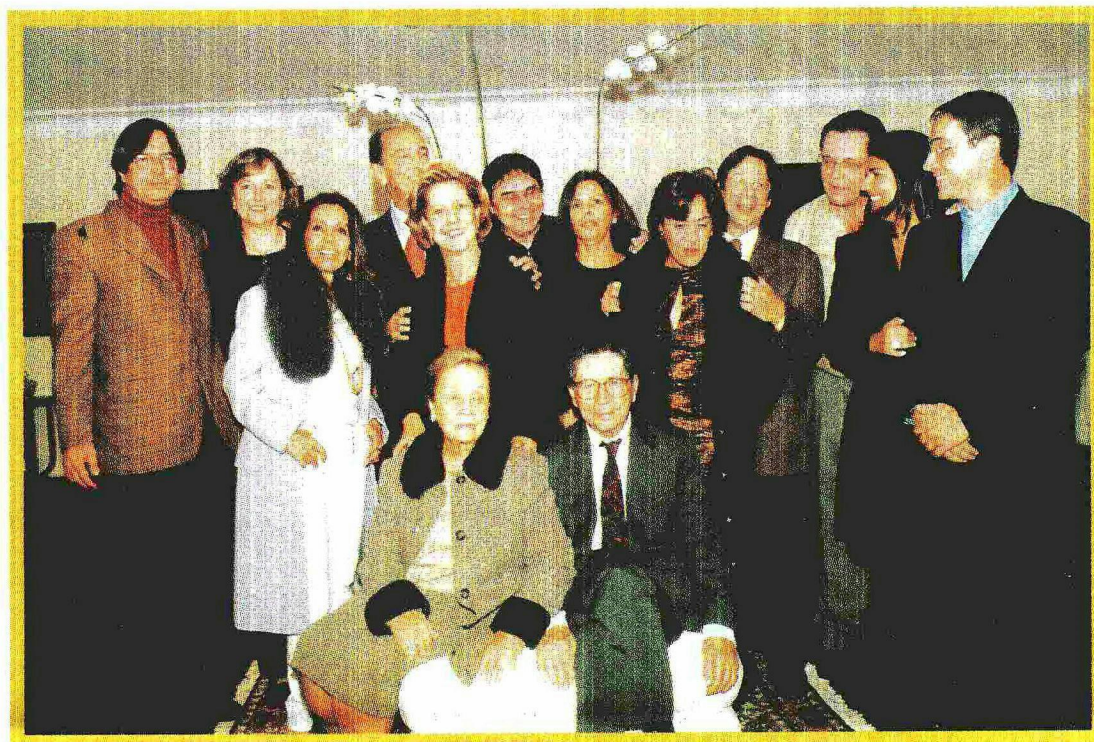
construção, Lobo matriculou os filhos no Marista. O piso do colégio ainda era terra e as janelas das salas não tinham vidros. Para atravessar a L2 Sul, os estudantes tinham que colocar tábuas para não cair na lama nos dias de chuva, frequentes nos primeiros meses do ano. Nas reuniões de pais e mestres, a figura de Oscar Niemeyer era uma constante, pois duas netas do arquiteto eram alunas.

A família Lobo viveu na 409/10 Sul por dois anos e meio e mudou-se para a SQS 305. Inicialmente, o advogado pagava uma taxa de ocupação simbólica para permanecer no imóvel. Posteriormente, o apartamento foi comprado por meio de um financiamento da Caixa Econômica Federal.

A consolidação

Na posse de Costa e Silva, em março de 1967, Hélio Beltrão, antigo colega do IAPI, foi nomeado ministro do Planejamento. Poucos dias depois, Lobo terminou sendo requisitado pelo amigo para integrar o gabinete da pasta. O convite de trabalho seria a principal contribuição do advogado à história do Distrito Federal.

O presidente JK não havia conseguido concluir a construção do projeto de Brasília, mas deixara tudo pronto para seu sucessor — Jânio Quadros — dar continuidade à consolidação da capital. Sete meses após assumir a Presidência da República, entretanto, Jânio renunciou. A política nacional entrava em um de seus períodos mais conturbados, prejudicando o desenvolvimento da nova capital.



**HÉLIO COM A
NUMEROSA
FAMÍLIA, NA CIDADE
QUE ESCOLHEU
PARA VIVER**

“
**ERA COMUM
ALGUÉM TER QUE
VOLTAR À CASA
PARA TROCAR DE
ROUPA POR TER
LEVADO UM
ESCORREGÃO NO
CAMINHO PARA O
TRABALHO**
”

Até 1967, a impressão que os moradores daqui tinham era de que nada mais era construído. Na administração federal, todos os ministérios contavam com recurso orçamentário destinado às obras em Brasília. Mas nenhum resultado era

percebido. Muitos ministros vinham a Brasília apenas para despachar com o presidente da República e retornavam ao Rio de Janeiro. Aqui ficava apenas um pequeno grupo de funcionários pertencentes a cada ministério.

A promulgação da Lei 5.363, de 30/11/67, seria o ponto de partida para a consolidação da nova capital. Os recursos orçamentários destinados à mudança da capital federal passavam a ser centralizados no Ministério do Planejamento. A nova legislação também determinava que deveriam localizar-se em Brasília os ministros de Estado, os gabinetes Civil e Militar da Presidência, a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, a chefia e a Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), o Estado-Maior das Forças Armadas, o Dasp, a Consultoria da República e o núcleo central de cada ministério — gabinetes do ministro e do secretário-geral, departamento de administração e pessoal, departamento de finanças, departamento de segurança e informação e consultoria jurídica.

A coordenação geral das providências estabelecidas também ficaria a cargo do Planejamento. Era muito trabalho a ser feito, desde a conclusão da Esplanada dos Ministérios (edifícios sedes e anexos), infraestrutura de algumas superquadras no Plano Piloto e construção de apartamentos funcionais até a transferência dos funcionários de cada pasta para cá. Para isto, o órgão criou o Grupo Executivo da Complementação da Transferência dos Órgãos da Administração Federal — o Gemud. Lobo foi nomeado seu presidente.

O primeiro trabalho feito pelo novo colegiado foi a transferência do Ministério das Relações Exteriores, que deveria vir com o quadro completo para Brasília. A chegada das representações diplomáticas movimentou a Avenida das Nações e terminou por convencer as outras pastas a colaborarem com a mudança.

Ao todo, foram cinco anos de trabalho ininterrupto para Lobo e o Gemud, a fim de garantir a permanência definitiva da capital da República no Planalto Central.

Raio X

Nome:

Hélio Araújo Lobo

Idade:

89 anos

Origem:

Goiânia, Goiás

Ano de chegada a

Brasília:

1960

Profissão:

Procurador federal
aposentado

Esposa:

Maria Yvonne Umbelino
Lobo

Filhos:

Ana Amélia, Hélio Mauro,
José Maurício, Luís
Márcio, Sebastião Murilo
e Antônio Marcos

Netos:

Adriana, Maria Yvonne,
Luís Osório, Ana Luiza,
Ana, Carla, Hélio Mauro
Filho, Lara, Mila,
Domitila, Carolina, Pedro,
Joana, Tiago, Bárbara,
Gustavo, Maria Rita e
Bruno

Bisnetos:

Isabel, Felipe, Ana
Carolina, Ana Cecília,
Rafaela, João Pedro,
Larissa, Jéssica, Lucas,
Carolina, Luís Otávio,
Letícia, Maitê, Lucas,
Bruna e Igor.